

ESCREVENDO A HISTÓRIA

50 anos de Brasília



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO — DETAQ

COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO E DEBATES — COHID

ESCREVENDO A HISTÓRIA

50 anos de Brasília



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO — DETAQ
COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO E DEBATES — COHID

Brasília, abril de 2010

Nesta edição:

- JK, cérebro das altas decisões nacionais **2**
- A mudança da Capital para o interior do país
Um projeto em construção **3**
- Congresso Nacional, palco de grandes acontecimentos **7**
- Cronologia **8**

Realização:

- COHID
- Projeto de editoração:
Elaine Machado Ribeiro
Mônica Corrêa Xavier



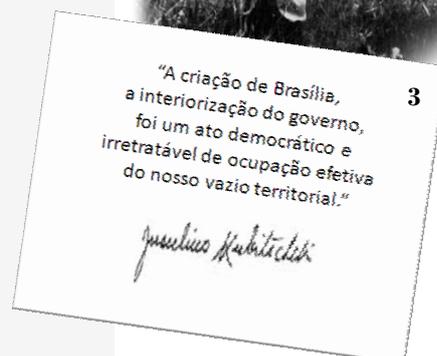
JK, cérebro das altas decisões nacionais

A transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o interior do País foi uma ideia endossada por Hipólito José da Costa, o primeiro de nossos jornalistas, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, e defendida por Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, um dos nossos maiores historiadores. Surgiu na forma de proposta de emenda constitucional, no Congresso Constituinte de 1890; constou das Constituições de 1891, 1934 e de 1946.

No dia 4 de abril de 1955, Juscelino Kubitschek visitava a cidade de Jataí, Estado de Goiás, em campanha eleitoral para Presidente da República. Durante o comício, quando discursava em uma oficina mecâ-

nica, em decorrência de forte chuva que caía sobre a cidade, foi interpelado por um cidadão jataiense chamado Antônio Soares Neto, sobre se o candidato, uma vez eleito, cumpriria artigo das Disposições Transitórias da Constituição Federal que previa a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, o que Juscelino prometeu cumprir. A partir daí, esta decisão ganhou plataforma em sua campanha eleitoral. Já empossado na Presidência da República, Juscelino assinou, no dia 19 de abril de 1956, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, a Mensagem nº 156 – que dispunha sobre a mudança da Capital Federal – e a enviou ao

Congresso Nacional, onde tramitou sob a forma do Projeto de Lei nº 1.234, de 1956, aprovado, na Câmara, em 23 de agosto de 1956 e transformado na Lei nº 2.874, de 1956, sancionada em 19 de setembro do mesmo ano. No dia 2 de outubro de 1956, Juscelino foi ao Planalto Central, de onde reafirmou que naquele vazio se construiria o "cérebro das altas decisões nacionais".



2

3

A mudança da Capital para o interior do país

Um Projeto em Construção



O projeto de construção de Brasília, em seu início, foi carregado de desconfiança. Isto porque, sendo determinação constitucional desde 1891, nenhuma medida concreta havia sido adotada desde então. Mesmo, e principalmente, no Congresso Nacional, o fato era cercado de ceticismo, embora tivesse defensores aguerridos. Entre os defensores destacou-se o Deputado Emival Caiado, que apresentou, em 27 de agosto de 1956, o Projeto de lei que fixou em 21 de abril de 1960 a mudança da Capital Federal para Brasília. Este projeto tramitou sob o nº 1.773, de 1956, aprovado, na Câmara dos Deputados, em 19 de setembro de 1957, transformado na Lei nº 3.273, de 1957, em 1º de outubro do mesmo ano. Temendo retrocesso no Projeto de mudança da capital

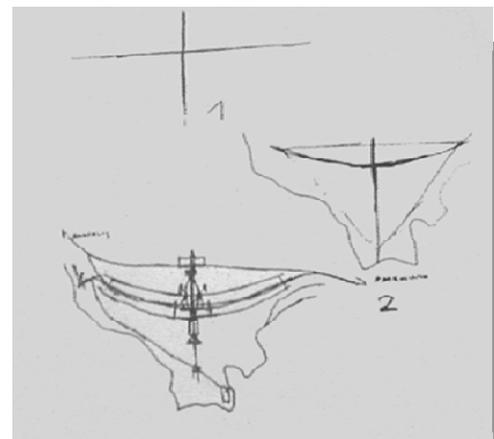
federal, o Deputado Emival Caiado lançou, em 8 de abril de 1959, sob sua presidência, o Bloco Parlamentar Mudancista, integrado por mais de uma centena de Deputados e com o seguinte corpo de direção: Primeiro Vice-Presidente, Deputado Cunha Bueno; Segundo Vice-Presidente, Deputado Corrêa da Costa, Secretário-Geral, Deputado França Campos, Líder, Deputado Santiago Dantas, Vice-Líderes, Deputados Colombo de Souza, Aurélio Viana, Rui Ramos, Epílogo de Campos e Guilhermino de Oliveira. O objetivo do bloco era a "dinamização da luta pela interiorização da capital da República".

Os argumentos mais recorrentes do Bloco Mudancista eram: necessidade de ocupar o imenso vazio que havia no interior do País; proteger da cobiça



“Hoje é o dia mais feliz da minha vida.
O Congresso acaba de aprovar o projeto para a
construção de Brasília.
Sabe por que o projeto foi aprovado?
Eles pensam que não vou conseguir executá-lo.”

JK



5

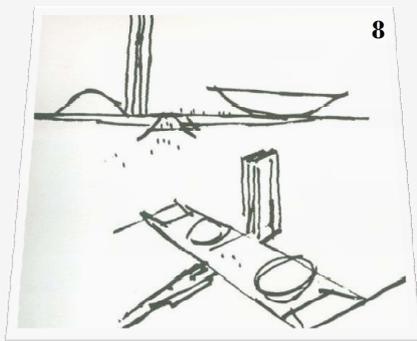
6

7

estrangeira e levar desenvolvimento à Região Amazônica; dar condições de desenvolvimento à Região Nordeste. Enfim, promover o desenvolvimento econômico e social e reduzir a desigualdade de desenvolvimento regional vigente. Emival Caiado, da União Democrática Nacional – UDN – representante do Estado de Goiás, foi o Deputado Federal que mais se empenhou para a mudança da Capital Federal. A UDN integrava a Oposição ao Presidente Juscelino Kubitschek no Congresso Nacional. No entanto, apesar das críticas contundentes de alguns de seus membros, entre eles, Carlos Lacerda – seu mais vigilante e ferino crítico – e o Deputado Adauto Cardoso, que consideravam uma irresponsabilidade o açodamento para a construção e transferência da Capital Federal e não acreditavam ser ela possível, afirmando tratar-se de manobra eleitoreira do Presidente Juscelino, a UDN votou coesa favoravelmente ao projeto que fixou a data de mudança da Capital Federal.

No dia 9 de agosto de 1956, nas discussões do Projeto de Lei nº 1.234, de 1956 (dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências) percebem-se com bastante clareza as divergências de opiniões ainda existentes na Câmara dos Deputados. O Deputado Tenório Cavalcanti, da UDN, representante do Rio de Janeiro, considerou a proposta uma quimera, simples demagogia. Utilizou-se de declarações do engenheiro Prestes Maia para rechaçar os argumentos de que a interiorização da capital era uma questão de defesa nacional, porque, segundo o engenheiro, na era atômica, não existiriam alvos inatingíveis. Ao invés da construção de nova capital, defendia a melhoria das condições de infraestrutura e a autonomia do Distrito Federal, para abrigar "... o exército de nossos irmãos jeca-tatus que fogem, tangidos pela fome do Brasil caxingó"..

O Deputado João Machado, do PTB, representante do Distrito Federal, em seu encaminhamento considerou inadequado analisar questões locais na discussão do projeto de mudança da capital porque



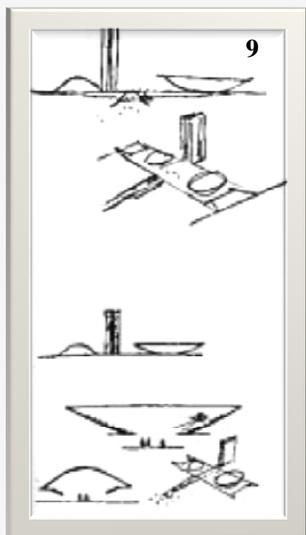
" num problema da relevância deste, qual seja o da mudança da capital para o interior do País, poderia parecer que defendíamos a tese de que esta transferência talvez não correspondesse aos legítimos e imediatos interesses da população carioca e do Distrito Federal. Muito ao contrário. Ainda que isso ocorresse, ainda que tal medida redundasse em prejuízo para esta unidade da Federação, nem por isso, deixaríamos de lutar pela interiorização da Capital, porque, – como já disse, – este problema é de maior relevância, pois interessa a todo o País..."

O Deputado João Agripino, da UDN, representante da Paraíba, em sua análise da Mensagem presidencial, manifestou-se totalmente favorável à proposta, fazendo reparos, porém, quanto à natureza jurídica da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, criada no projeto, e à possibilidade de o Presidente da República alterar o Plano Nacional de Viação, por decreto.

No dia 23 de agosto de 1957, quando se votava o projeto 1.773, de 1956, de autoria do Deputado Emival Caiado, que fixava a data da mudança da capital para 21 de abril de 1960, mais uma vez os argumentos apresentados na discussão da matéria demonstravam os matizes das opiniões que fervilhavam na Câmara dos Deputados:

O Deputado Herbert Levy, da UDN, representante de São Paulo, depositou seu total apoio à mudança da Capital Federal em virtude de não ter o Rio de Janeiro, em sua opinião, a austeridade necessária para o funcionamento de uma capital administrativa. Manifestou a expectativa de que, em Brasília, os deputados teriam condições ambientais e materiais para o melhor exercício do mandato. A fé na possibilidade do cumprimento do prazo para a mudança veio da leitura do Relatório do Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Israel Pinheiro, sobre a exequibilidade da mudança no prazo estipulado.

O Deputado Carlos Lacerda, da UDN, também representante do Distrito Federal, manifestou seu descrédito quanto ao cumprimento do prazo para a mudança da Capital Federal com a leitura de trecho do Programa de Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, onde S. Exa. afirmava não ser possível a construção da Nova Capital em menos de quinze anos. Manifestou sua preocupação com o futuro do Rio de Janeiro, quando deixasse de ser a Capital do País.



" ...É preciso fazer justiça ao Distrito Federal, que não tem em toda esta campanha em prol de Brasília – não tem e nunca teve – a menor eiva de regionalismo.

Esta é a cidade brasileira por excelência.

Não será mais do que as outras, mas sendo, como é, a síntese das outras, é, sem dúvida, a cidade que, nos seus encantos, como nas suas dores, estas mais profundas e intensas que aquelas, guarda para cada brasileiro, de cada estado, que para aqui se transporta, o melhor de suas graças, enquanto modesta, humilde, esconde as suas dores inenarráveis, as dores dos morros, as dores das favelas, acumulada por uma política que, se não mudar, mudar-se-á também para Brasília: e eu não desejo aos nossos irmãos goianos a estúpida mentalidade centralizadora que leva o clamor das favelas para onde quer que vá....."

O Deputado França Campos, do PSD, representante de Minas Gerais, demonstrou que o apoio do Brasil à mudança da Capital Federal fora consubstanciado pelo voto de seus representantes na Câmara dos Deputados, quando 172 deputados, dos 194 votantes, manifestaram-se favoravelmente ao regime de urgência para a apreciação da matéria. Refutou os argumentos de que a mudança da capital inviabilizaria a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que apenas 10 mil funcionários seriam transferidos para Brasília e os portos da cidade teriam sua atividade reforçada com a construção da nova capital. Elogiou o a humildade e o espírito público do Presidente Juscelino Kubitschek, que, segundo afirmou: "**bateu-se com vigor pela transferência da Capital da República, e, investido do cargo de primeiro mandatário do País, empregou todas as suas forças para o cumprimento de suas promessas e, abriu mão de seu direito de enviar mensagem ao Congresso Nacional fixando a data da mudança, para que esta honra fosse exercida por um dos maiores expoentes da Oposição, o Deputado Emival Caiado**".

O Deputado Emival Caiado, representante do Estado de Goiás, como autor da proposição, apresentou um longo arrazoado em defesa da fixação da mudança e de sua exequibilidade; ofereceu dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE – e do Banco do Brasil sobre o desnível regional e sobre a desigualdade de densidade populacional existentes País; referiu-se à epopéia do Instituto da Hiléa Amazônica, quando o Congresso Nacional, sob a liderança de Arthur Bernardes, barrou a conquista indireta da soberania nacional mascarada naquela entidade. Argumentou que a mudança da capital do País também deteria a latente semente do separatismo pela união dos extremos do território nacional.

Apesar do ceticismo de muitos, em 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada. Na mesma data ocorreu a Sessão Solene de Instalação do Congresso Nacional na nova Capital Federal. Na primeira sessão da Câmara dos Deputados em Brasília, em 2 de maio de 1960, novamente ocorreram várias manifestações de júbilo pelo evento, como a do Deputado Rui Ramos, para quem Brasília não significou apenas a construção de uma nova cidade. Significou um pacífico alargamento de fronteiras para o centro. Segundo o Deputado Ruy Ramos, Brasília foi muito mais:

"...Brasília fez mais do que isto em matéria de extensão geográfica. Além de anexar novas fronteiras à economia do Brasil, realizou alguma coisa nova, porque

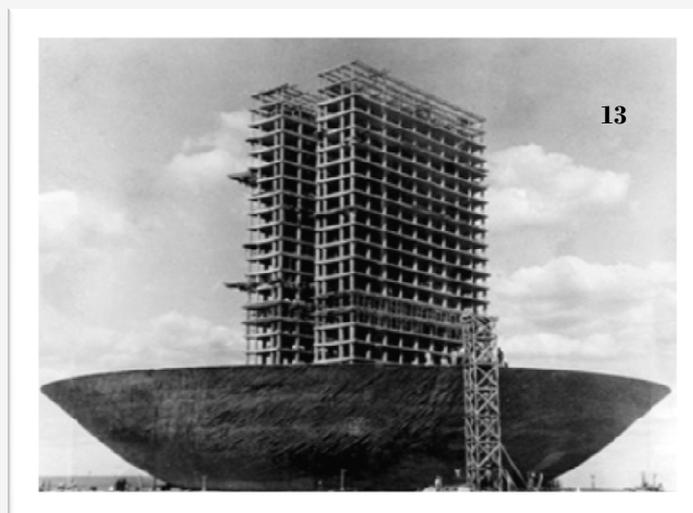
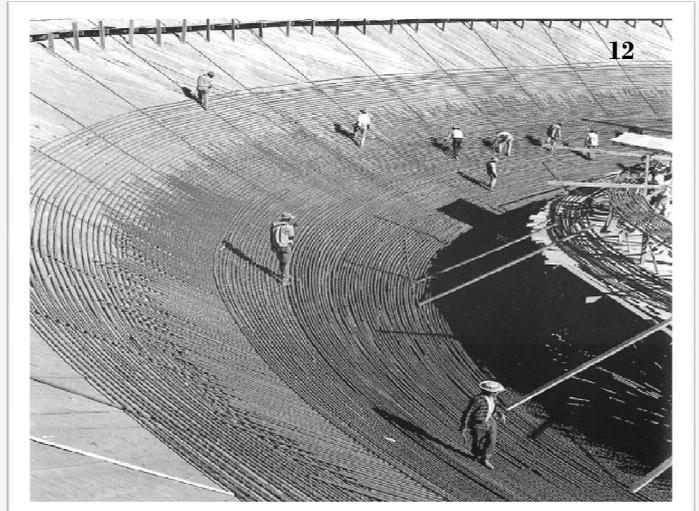
efetivamente, ampliou as fronteiras mentais deste País. Para mim a maior obra sociológica de Brasília é a ampliação da nossas fronteiras mentais. O Brasil, pelos seus governos, se habituara a um determinado gabarito geográfico e econômico. E houve muita gente que entendeu que acima desse gabarito era impossível construir. Também o nosso povo, exatamente em consequência dessa posição mental dos governos se acostumara a ver e receber o Brasil como era, dentro de possibilidades mais ou menos estreitas, submisso e incapaz de compreender as possibilidades deste País e do seu povo, na existência da América Latina. Para mim, a maior função de Brasília é esta: ampliar os horizontes mentais deste País..."

O



Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, também ouviu, nesta primeira sessão, várias reclamações quanto às condições de habitabilidade de Brasília. Alguns Deputados, mesmo com o passar dos meses e a com a melhoria das habitações e conveniências da cidade, não se conformavam com as condições de trabalho e de moradia; tanto é que foi iniciado um movimento de retorno da capital para o Rio de Janeiro, o Movimento Retornista, o que motivou a reestruturação do Bloco Mudancista, pelo Deputado Emival Caiado, em 22 de abril de 1963, em defesa da consolidação de Brasília como capital da República.

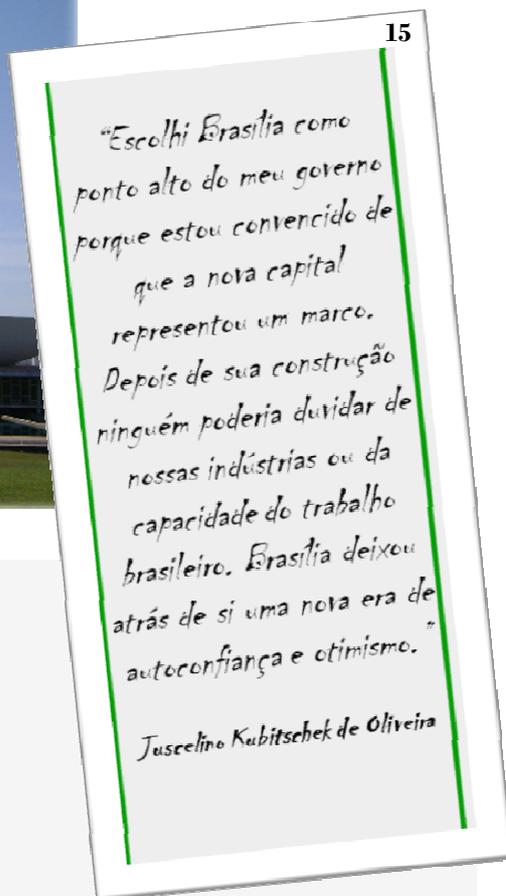
O Regime Militar, instaurado em 1964, reduziu os poderes do Judiciário e do Legislativo, este último alcançado pela reforma partidária que instituiu o bipartidarismo. Nesta circunstância, os debates sobre a permanência ou retorno da Capital Federal ficaram em segundo plano, pois, o que se defendia então era a própria existência do Congresso Nacional. Dessa maneira, a Capital Federal foi se consolidando aos poucos e, em 1986, conseguiu representação política no Congresso Nacional. Em 1988, com a Constituinte, firmou-se definitivamente com a conquista da autonomia política.





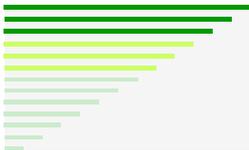
Nos anos que se seguiram à sua instalação em Brasília, o Congresso Nacional foi palco de grandes acontecimentos, que ratificaram sua grandeza e sua importância para a manutenção e consolidação do estado de direito no País, tais como:

- A renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961;
- A Emenda Parlamentarista, em 1º de setembro de 1961;
- O Golpe Militar, em 31 de março de 1964;
- A recusa da Câmara dos Deputados de conceder licença para o processo contra o Deputado Márcio Moreira Alves, em 12 de dezembro de 1968, o que motivou a edição do Ato Institucional nº 5 – o AI-5 – que cassou o mandato de vários Deputados, em 13 de dezembro de 1968, e o fechamento do Congresso Nacional desta data até 23 de outubro de 1969.
- A luta contra o regime de exceção coroada com a Lei de Anistia em 1979;
- A votação e a derrota da Emenda Dante de Oliveira para eleição direta do Presidente da República, em 25 de abril de 1984 (Diretas-Já);
- A eleição, pelo Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves – primeiro Presidente civil desde a implantação do Regime Militar – que veio a falecer em 1986, ensejando a posse no cargo, do Vice-Presidente eleito, José Sarney;
- A Constituinte de 1987/88;
- O impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.



“Escolhi Brasília como ponto alto do meu governo porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção ninguém poderia duvidar de nossas indústrias ou da capacidade do trabalho brasileiro. Brasília deixou atrás de si uma nova era de autoconfiança e otimismo.”

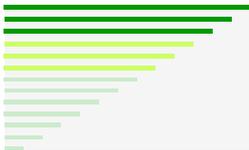
Juscelino Kubitschek de Oliveira



Cronologia

Fonte: Revista Brasileira de Municípios

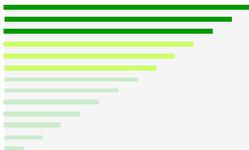
1789	Os Inconfidentes Mineiros incluíram em suas reivindicações a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para São João Del'Rey, em Minas Gerais. Nessa mesma época os colonizadores portugueses manifestavam-se contrários à manutenção da capital no litoral, por razões estratégicas e administrativas.
1808	A Corte Portuguesa transferiu-se para o Brasil para fugir de retaliações do Imperador da França, Napoleão Bonaparte, que impôs o Bloqueio Continental ao Reino Unido, do qual Portugal era associado. Assim, em 1809, William Pitt - Primeiro-Ministro do Reino Unido, sugere a transferência da Capital, do Rio de Janeiro para o interior, por razões de segurança, sugerindo o nome de Nova Lisboa.
1813	Hipólito José da Costa, jornalista do <i>Correio Braziliense</i> , editado em Londres, defendia em artigos publicados no periódico, "a interiorização da capital do Brasil, próxima às vertentes dos caudalosos rios que se dirigem para o norte, sul e nordeste".
1823	José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou, em sessão da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, a "Memória sobre a necessidade e meios de edificar no Brasil uma nova capital".
1834 a 1877	Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, em vários trabalhos defendia a interiorização da capital.
1852	O Senador Holanda Cavalcanti apresentou projeto de lei nesse sentido, que não foi aprovado.
1877	Francisco Adolfo Varnhagen encaminhou carta ao Ministro da Agricultura, Tomaz Coelho, apresentando estudos realizados no Planalto Central, ressaltando, a respeito da região: "reúne em si as três grandes conchas fluviais do império". "... bastante central, onde se deve colocar a Capital do Império, parece, quanto a nós, estar indicada pela própria natureza na própria região elevada de seu território, donde baixariam as ordens como baixam as águas que vão pelo Tocantins ao Norte, pelo Prata ao sul e pelo São Francisco a Leste".



Cronologia

Fonte: Revista Brasileira de Municípios

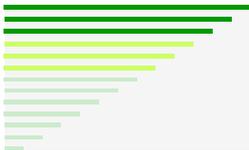
1890	Início do período republicano. A Constituição Provisória, baixada pelo Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890, dispunha, em seu artigo 2º: "Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso. Se o Congresso resolver a mudança da Capital, escolhido para esse fim o território mediante consenso do Estado ou Estados de que tiver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal de per si a constituir um Estado".
24 fev 1891	Ocorreu a promulgação da primeira Constituição Republicana, que dispunha, em seu artigo 3º: "Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal". "Parágrafo único: Efetivada a mudança da Capital Federal, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado".
Ago 1892	Constituição da Comissão Cruls, sob a chefia de Luiz Cruls, para estudar e demarcar a área do futuro Distrito Federal.
Dez 1894	Apresentação do relatório da Comissão Cruls dos estudos e demarcação da área de 14.400 km ² de largura por 160 km de comprimento. O relatório dava conta das condições propícias oferecidas pela região para a construção da nova capital.
7 set 1922	Na comemoração do centenário da independência, o Presidente Epitácio Pessoa fez lançar, nas proximidades da cidade de Planaltina, a pedra fundamental da futura capital, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922.
16 jul 1934	Promulgação da Constituição Republicana de 1934, que dispunha em seu artigo 4º: " <i>Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma Comissão que, sob instruções do Governo, procederá a estudos das várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança</i> ".
1937	Constituição decretada pelo Estado Novo que dispunha apenas, em seu artigo 7º: " <i>O atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União.</i> "



Cronologia

Fonte: Revista Brasileira de Municípios

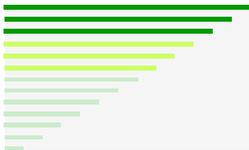
1939	O Engenheiro Coimbra Bueno apresentou ao Presidente Getúlio Vargas um memorial em defesa da retomada da questão da interiorização da Capital da República.
1940	O Presidente Getúlio Vargas lançou, em Goiânia, Movimento Mudancista, a "Cruzada Rumo ao Oeste".
1945	A Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, aprovou a resolução 297, de 19 de julho, que dispunha: " Parece, pois, que não se pode por em dúvida a necessidade de interiorizar a Capital, como medida de segurança nacional, tanto interna quanto externa. Para onde, entretanto, se poderá fazer esta mudança? Também parece fora de dúvida: para o Planalto Central de Goiás, perto da cidade de Formosa, onde já está demarcada a área do futuro Distrito Federal".
1946	<p>A Constituição Republicana de 1946 determinou, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 4º:</p> <p><i>"A Capital da União será transferida para o planalto central do País".</i></p> <p>§ 1º - <i>Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.</i></p> <p>§ 2º – O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União.</p> <p>§ 3º – <i>Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.</i></p> <p>§ 4º – <i>Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara".</i></p>
Nov 1946	Em cumprimento às Disposições Constitucionais, o Presidente Eurico Gaspar Dutra criou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, composta por profissionais de diversas áreas, sob a presidência do General Djalma Polli Coelho.



Cronologia

Fonte: Revista Brasileira de Municípios

Ago 1948	A Comissão apresentou seu Relatório Geral, que mantinha a localização na mesma região demarcada pela Comissão Cruls, aumentando a área em 77.000 Km ² .
21 ago 1948	O Presidente Dutra encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 293, de 21 de agosto de 1948, sobre a matéria.
5 jan 1953	Foi sancionada a Lei nº 1.803, que autorizava o Executivo a realizar estudos definitivos para a localização da Capital na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos Sul 15º30' e 17º e os meridianos W.Gr. 46º30' e 49º30' – o chamado Retângulo do Congresso, devendo tais estudos serem concluídos no prazo de três anos.
8 jun 1953	Foi editado o Decreto nº 32.976, que constituía a Comissão de Localização da Nova Capital – CLNC, sendo seu Presidente o General Caiado de Castro. Sob a área, denominada de "Retângulo do Congresso", foram realizados levantamentos e estudos de aerofotogrametria e de foto-análise, realizados por firmas estrangeiras e brasileiras.
30 abr 1955	A CLNC, sob a presidência do Marechal José Pessoa, escolheu a área na Nova Capital, medindo 5.850 km ² , situada entre os rios Preto e Descoberto e os paralelos 15º30' e 16º03'. Foi determinado o local entre Ribeirão Bananal e o Córrego Fundo.
30 abr 1955	O Governo do Estado de Goiás, por solicitação do Marechal José Pessoa, baixou o Decreto nº 480, declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, para posterior desapropriação, a área citada que se destinou à localização do novo Distrito Federal.
5 ago 1955	Foi aprovada a área escolhida para o Distrito Federal.



Cronologia

Fonte: Revista Brasileira de Municípios

8 set 1955	As decisões da CLNC foram homologadas pelo Presidente da República, que também determinou a continuação dos trabalhos.
Dez 1955	A CLNC foi transformada em Comissão de Planejamento e Construção e Mudança da Capital Federal, trabalhando com a cooperação do Governo do Estado de Goiás, que constituiu, para tal finalidade, a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, presidida por Altamiro de Moura Pacheco.
18 abr 1956	O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou a Mensagem de Anápolis, que encaminhou ao Congresso Nacional anteprojeto que dispunha sobre a mudança da Capital Federal e criava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, que tramitou na Câmara dos Deputados sob o número de Projeto de Lei 1.234, de 1956, tendo sido aprovado por unanimidade tanto na Câmara quanto no Senado Federal.
Set 1956	O projeto é sancionado sob a forma da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.
22 set 1956	Foi lavrada a Ata da constituição da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Nova Capital, a NOVACAP, na presença do Presidente da República e do Sr. Ernesto Silva, entre outros. A NOVACAP lançou um concurso para apresentação de plano piloto da Nova Capital.
12 mar 1956	A comissão da NOVACAP, presidida por Israel Pinheiro, classificou em primeiro lugar o projeto do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que concorrera com profissionais da mais alta categoria, nacionais e estrangeiros.
27 ago 1956	O Deputado Emival Caiado apresenta, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei, que recebeu o número de 1.773, de 1956, que "fixa a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da Capital Federal".
28 ago 1957	Foi discutido e aprovado o Projeto do Deputado Emival Caiado.

Cronologia

Fonte: Revista Brasileira de Municípios

**1º out
1957**

O projeto foi sancionado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, transformando na Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957. Com o seguinte teor:

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em cumprimento ao artigo 4º e seu § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no planalto central do país.

Art. 2º - Os Poderes Executivo; Judiciário e Legislativo ficam autorizados a tomar as providências necessárias ao atendimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Fica incluída na relação descritiva do Plano Rodoviário Nacional, de que trata a Lei nº 2 975, de 27 de novembro de 1956, a ligação Rio-Brasília, para os efeitos do artigo 30 da mesma lei.

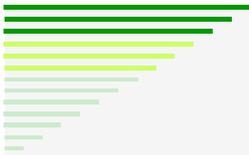
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1957; 136º da Independência e 60º da República.

16



21 abr 1960—Inauguração de Brasília



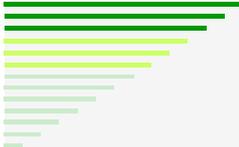
Página “Escrevendo a História” no site da Câmara dos Deputados

50 anos de Brasília

Esta página em comemoração aos 50 anos da fundação de Brasília tem como foco o Congresso Nacional. Nela são disponibilizados textos da Base de Discursos do Departamento de Taquigrafia sobre:

- Discussões na Constituinte de 1946 relativas à transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central;
- Debates na Câmara dos Deputados de 1948 a 1960, favoráveis e contrários à mudança;
- Momentos Marcantes:
 - a) **Sessão Solene de Instalação do Congresso Nacional em Brasília** em 21 de abril de 1960.
 - a) Lista de Presença e Biografia dos Deputados que participaram da Sessão Solene de Instalação do Congresso Nacional em Brasília em 21 de abril de 1960.
 - b) **Primeira sessão da Câmara dos Deputados em Brasília**, em 02 de maio de 1960.
 - a) **Lista de oradores da primeira sessão da Câmara dos Deputados em Brasília**, em 02 de maio de 1960.
 - Discursos em defesa da consolidação da Nova Capital, contrários ao movimento retornista;
 - Discursos sobre a conquista da representação política e da autonomia política do Distrito Federal.

Leia mais no site



Legenda das fotos

1. Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa examinam planta
Agência O Globo

2- JK no cerrado

http://web.brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=8&Itemid=28&limit=105&limitstart=0

3 Texto de Juscelino Kubitschek

www.memorialjk.com.br

3 Congresso Nacional

Fundação Oscar Niemeyer

www.niemeyer.org.br/

3 Selo comemorativo *de* Oscar Niemeyer

Oscar Niemeyer homenageado pelos Correios

22/mar/2008

3 Texto de Juscelino Kubitschek

www.memorialjk.com.br

7- Esboço dos eixos de Brasília

Fundação Oscar Niemeyer

www.niemeyer.org.br/

8- Esboço do Congresso Nacional 1

Fundação Oscar Niemeyer

www.niemeyer.org.br/

9- Esboço do Congresso Nacional 2

Fundação Oscar Niemeyer

www.niemeyer.org.br/

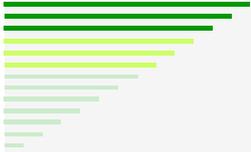
10 - Panorama geral da construção de Brasília. Congresso Nacional

29.04.1959 - Arquivo O Globo

11- Construção do prédio do Congresso Nacional 1

Brasília, 1958

(Acervo Fundação Oscar Niemeyer)



Legenda das fotos

FGC/CPDOC

12- Construção do prédio do Congresso Nacional 2

Brasília, 1958

(Acervo Fundação Oscar Niemeyer)

FGV/CPDOC

13- Construção do Congresso Nacional

Foto: M. M. Fontenelle

Acervo do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF

14- Congresso Nacional

Foto: Elaine Machado

Mai, 2008

15- Texto de Juscelino Kubitschek

www.memorialjk.com.br

16- Inauguração de Brasília

21 de abril de 1960

JK em solenidade não identificada.

Foto M. M. Fontenelle

Acervo de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF